



Programa de Troca de Seringas previne doença e apoia ambiente

No âmbito do Programa de Troca de Seringas (PTS), com o objetivo de prevenir infeções pelo VIH e pelos vírus das Hepatites B e C, por via sexual, endovenosa e parentérica nas Pessoas que Utilizam Drogas Injetáveis (PUDI), tem sido assegurada a distribuição de material esterilizado e a recolha e destruição deste material utilizado em diferentes zonas do país. O PTS conseguiu sensibilizar a população em geral, para o facto de a toxic dependência não ser necessariamente sinónimo de delinquência, contribuindo para um outro olhar sobre o problema. No sentido de alterar comportamentos e face ao volume de seringas distribuídas/trocadas (cerca de 54 milhões), desde o início do programa, em outubro de 1993, que acreditamos estar a contribuir para reduzir a prevalência do VIH e para o bem-estar social e ambiental, evitando, assim, o abandono e reutilização de seringas ao recolhê-las para destruição.



Receita Sem Papel beneficia liberdade de escolha do cidadão

Como projeto que permite reduzir custos, combater a fraude, otimizar recursos disponíveis e obter enormes ganhos ambientais, a Receita Sem Papel possibilita, também, a dispensa parcial de medicamentos e a liberdade de escolha das farmácias. Representando mais de 90% em todo o Serviço Nacional de Saúde (SNS), a RSP continua a ser implementada em todo o sistema de saúde português. Fora do SNS já representa 20%, com tendência para aumentar. Relativamente à dispensa parcial de medicamentos, em três meses, entre maio e julho de 2016, mais de 183 000 utentes já beneficiaram desta vantagem. O Livre Acesso e Circulação do Cidadão também passou a ser assegurado no universo das farmácias. Anteriormente, e com a receita em papel, o utente não podia decidir. Todos os medicamentos eram adquiridos na farmácia onde tinha sido dispensada a primeira embalagem da prescrição, porque a receita (em papel) ficava retida na farmácia. Com a receita eletrónica, os cidadãos podem usufruir do direito de liberdade de escolha e de circulação, optando por efetuar dispensas parciais, com a mesma prescrição, em farmácias distintas. Em média, mais de 5 mil utentes por dia já exerceram essa liberdade de escolha, optando por adquirir medicamentos em mais de uma farmácia.



PLATAFORMA
GESTÃO PARTILHADA
DE RECURSOS DO SNS

Partilha de serviços aumenta qualidade e eficiência no SNS

A nova plataforma informática para operacionalização dos mecanismos de Gestão Partilhada dos Recursos no Serviço Nacional de Saúde (GPR SNS) já se encontra em fase de implementação em diversas instituições do país, nomeadamente em vários Agrupamentos de Centros de Saúde e Hospitais da ARS Norte e da ARS Lisboa e Vale do Tejo. A GPR SNS, desenvolvida pela SPMS e pela ACSS, é uma plataforma que permite simplificar e aumentar a interoperabilidade entre instituições públicas integradas no SNS e, por conseguinte, maximizar a utilização de recursos e incrementar a articulação dos cuidados de saúde. Privilegiando a dinâmica das instituições públicas da saúde, este sistema possibilita a comunicação, de forma centralizada, da procura (necessidades) e da oferta (disponibilidades), no âmbito de Cirurgias, Consultas, Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDTs) e os Equipamentos disponíveis nas várias entidades do SNS. A GPR SNS permite melhorar a gestão dos meios do SNS, tornar mais célere a capacidade de resposta na prestação de cuidados aos utentes, seguindo os princípios de qualidade, poupança e eficiência e, ainda, permite reduzir o recurso a entidades externas ao SNS.



REDE INFORMÁTICA DA SAÚDE

Consulta Pública - RIS, comunicações unificadas, centrais telefónicas e canal SNS

A SPMS promove, desde 06 de agosto, uma consulta pública no âmbito do diálogo concorrencial para aquisição de serviços da Rede Informática da Saúde (RIS), comunicações unificadas, centrais telefónicas e canal Serviço Nacional de Saúde, no portal da SPMS (www.spms.pt) e (www.catalogo.min-saude.pt).

A RIS é uma rede privada multimédia do Ministério da Saúde, que interliga as redes locais dos seus organismos e serviços, surgindo da crescente necessidade de troca de informação, assegurando a interligação com fiabilidade, qualidade e segurança das instituições que o pretendam. Esta consulta pública permite informar e envolver os interessados no processo de preparação do diálogo concorrencial, receber comentários e sugestões e incentivar a participação construtiva e criativa. A participação está aberta a todos os cidadãos, empresas e associações do setor, bem como às entidades do SNS, até 31 de agosto, através do email: umc.saude@spms.min-saude.pt

